

A INSUBMISSÃO ATRAVÉS DO COMPORTAMENTO: CONDUTAS TRANSGRESSORAS NO COTIDIANO FORTALEZENSE (1920 – 1930).

Maria Adaiza Lima Gomes*

RESUMO: Este trabalho foi elaborado a partir de reflexões em torno do conceito de *Insubmissão*, realizadas durante a disciplina “Cidade e Insubmissão” ministrada no Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Utilizando como fontes alguns dos periódicos publicados em Fortaleza na década de 1920, buscamos perceber as condutas transgressoras combatidas nas páginas dos mesmos como comportamentos insubmissos em relação a um controle social, que principalmente as elites locais tentavam inserir no cotidiano dos fortalezenses daquele período. Eles seriam, de certo modo, uma forma de resistência da população aos padrões comportamentais defendidos pelas camadas abastadas, principalmente nos discursos dos jornais.

PALAVRAS-CHAVE: Insubmissão. Comportamento. Controle social.

ABSTRACT: This paper was drawn from reflections on the concept of insubordination, undertaken during the subject "City and insubordination" taught in the Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Using sources as some of the journals published in Fortaleza in 1920, we seek to realize the offending conduct addressed in the same pages as unruly behavior towards social control, which mainly local elites tried to insert in everyday fortalezenses that period. They would, in a sense, a form of resistance for the behavioral standards espoused by the upper class, especially in the speeches of newspapers.

KEYWORDS: Insubordination. Behavior. Social control.

Quando pensamos em Fortaleza, no início do século XX, sempre pensamos nas transformações pelas quais passaram a cidade e o cotidiano dos seus habitantes. De fato, houve muitas alterações, tanto no espaço urbano quanto nos hábitos e nos costumes de pessoas daquela população. Porém, sabemos que nem sempre as mudanças são bem vindas e que, em alguns casos, há resistência a elas, principalmente quando são imposições. Pensando nisso, nossa intenção, aqui, é refletir sobre estas transformações e sua influência no comportamento da população, buscando compreender de que maneira elas ocorreram, quais setores da sociedade as experimentaram, e, principalmente, se elas se deram de maneira passiva, ou se houve algum tipo de resistência/insubmissão.

* Mestranda em História e Culturas (MAHIS) pela Universidade Estadual do Ceará- UECE, vinculado à linha de pesquisa de Práticas Urbanas e bolsista FUNCAP.

De acordo com o dicionário online de português, a palavra “insubmissão” tem como sinônimos as palavras “desobediência, indisciplina, insubordinação, rebelião e subversão”¹. O insubmisso seria aquele “que não se conseguiu submeter; que não se sujeita a; que tende a ser livre; insubordinado ou rebelde”². Tolstoi (2010) entende a insubmissão como um ato de insubordinação ao Estado e à sua instituição mais violenta que seria o Exército. Porém, em nosso trabalho, compreendemos a insubmissão de uma maneira mais ampla, que abrangeria não só a desobediência ao Estado e ao Exército, e sim que poderia se dar de diversas formas, seja no descumprimento das leis de um determinado local, seja na desobediência aos valores de determinadas instituições, ou transgredindo as normas de conduta de alguns grupos dentro de uma sociedade. Assim, ela poderia se dar até mesmo em um simples hábito cotidiano, como na maneira de se alimentar, de se vestir, de se portar em público, etc. Nessa perspectiva, discutiremos, aqui, a insubmissão através dos comportamentos transgressores praticados em Fortaleza no início do século XX.

Na virada do século XIX para o século XX, com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, as cidades brasileiras, principalmente as capitais, passaram por transformações, ocorridas nos campos político e econômico, que intensificaram o seu desenvolvimento e urbanização. Intensificou-se também, nos principais centros urbanos, uma busca em se alinhar com a modernidade, em que essas cidades deveriam ser remodeladas e disciplinadas. Nesse contexto, em Fortaleza a cidade e seus habitantes passam a ser alvo de problematizações, surgindo a necessidade de organização do espaço urbano, o que implicava a imposição de novas regras de comportamento.

Conforme nos diz Ponte (2011), guardadas as particularidades de cada centro urbano, ocorreu mais ou menos o mesmo processo nas mais importantes cidades brasileiras, entre o final do século XIX e a década de 1930. Processo este em que ao mesmo tempo em que se procurava remodelar estruturalmente o espaço público, tinha-se também a intenção de adequar o comportamento da população a esse espaço remodelado. Procurou-se inserir nas cidades novos hábitos, cuidados higiênicos, e produtividade e interesse para o trabalho. A partir de então, todos os comportamentos que não estivessem nesses moldes, eram considerados obstáculos para a inserção do progresso. Em Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX, com maior intensidade na Primeira República, ocorreram tentativas parecidas de modernização e civilização da cidade (Ibidem, p. 27). Os principais grupos

¹ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/insubmissao/>>. Acesso em 05 dez. 2013 às 11h57min.

² Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/insubmisso/>>. Acesso em 05 dez. 2013 às 11h57min.

interessados por essa remodelação foram o dos comerciantes, enriquecidos com as importações e exportações e o dos profissionais liberais, entre estes uma elite de intelectuais (Ibidem, s/p).

Para esse autor, as elites acreditavam que, naquele momento, para que o processo de remodelação da cidade se concretizasse, era preciso também que ela acontecesse concomitante à uma disciplinarização social. As mudanças na cidade deveriam se estender ao comportamento de seus habitantes. Através da leitura de obras como a de Ponte e também das fontes, podemos perceber a presença de discursos em torno das ideias de progresso, de civilização e de ordem, assim como intervenções remodeladoras do espaço e das condutas, que para as elites, poderiam significar a modernidade se aproximando cada vez mais.

Desta forma, o desenvolvimento provocado pela exportação do algodão cearense para a Europa, criando-se condições para que Fortaleza se tornasse o principal núcleo urbano tanto econômico como político e, por consequência, social do Ceará, e possibilitando um maior intercâmbio com outras cidades do Brasil e do exterior, teria impulsionado na cidade essa pretensão remodeladora. (PONTE In: SOUSA, 2007, p. 163; BARBOSA, F., 1997, p. 51).

Ante a essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas, e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas, capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus (PONTE In: SOUSA, op. cit., p. 163).

Essas modificações, porém, não se deram apenas na estrutura física da cidade, mas também no meio social:

Na esteira daquele contexto de crescimento econômico-urbano, a estrutura social da cidade também sofreu importantes modificações com a emergência de novos grupos dominantes, a constituição de camadas médias afluentes compostas em razão da proliferação de profissionais liberais, além de um contingente de trabalhadores pobres [...] (PONTE, 2001, p. 24).

De acordo com o autor, o crescimento da população nesse período deve-se aos seguintes fatores: o crescimento comercial, novos serviços urbanos, a industrialização, a abolição do trabalho escravo e as secas periódicas (Ibidem, p. 32).

Foi significativo, para o aumento da população, o número de invasões de sertanejos nos períodos de secas (1877, 1889, 1900 e 1915), o que ocasionou, consequentemente, o aumento do número e mendigos e ociosos pelas ruas da cidade. Nesses

períodos, os sertanejos, na luta pela sobrevivência e como fuga das secas, saíam de suas cidades de origem em direção à capital, vagando a pé pelos sertões durante dias, sujeitos a morrer de fome, de doenças ou de cansaço. Quando não morriam nas estradas, famintos e sem condições físicas para o trabalho, devido a grandes caminhadas e à falta de nutrição (NEVES, 2000). “Além disso, muitos acabavam por não voltar para os locais de origem, tornando-se mendigos, vadios, prostitutas, meninos de rua e envolvendo-se com jogos proibidos, álcool e prostituição. Encontravam, nessas práticas, formas de sobrevivência” (FONTENELES NETO, 2005, p.28).

De acordo com Frederico de Castro Neves (op. cit., p. 27), esses retirantes, quando chegavam a Fortaleza, dificilmente eram incorporados ao mercado de trabalho, passando, junto com os pobres urbanos, a representar um grande problema para as camadas mais abastadas. Passavam a morar nas ruas, praças e a mendigar. Eles entraram na cidade com seus hábitos não modernos e atingiram o espaço urbano civilizado que a elite local imaginava estar construindo naquele período, passando a serem vistos como uma ameaça à moral estabelecida, visto que seus hábitos eram incompatíveis com os novos hábitos trazidos pela modernidade:

A ocupação indiscriminada do espaço urbano pelos famintos incomoda especialmente as elites de Fortaleza, ocupadas em acompanhar o ritmo da civilização e do progresso. [...] A “grande seca” de 1887 trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda, “contaminando” a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus “vícios”, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização (Ibidem, p.52, p. 25).

Devido a esse aumento populacional, aumentaram os problemas sociais, pois se dificultou o controle da população. Daí a necessidade que as elites tinham de disciplinar os corpos e os hábitos do restante da população. Os Códigos de Postura foram instrumentos bastante utilizados na tentativa de intervir em tudo que era considerado desordenado e insalubre, ameaçando a ordem urbana e a saúde pública, ditando regras de como os cidadãos deveriam se portar na cidade remodelada (Ibidem, p. 79 – 80).

Para Francisco Carlos Jacinto Barbosa (1997, p. 53):

Os investimentos civilizadores postos em prática em Fortaleza resultaram na problematização das condições de vida em seus aspectos natural e social. Neste sentido, os conhecimentos e práticas da chamada medicina social urbana tiveram papel fundamental à época, na medida em que, ao mesmo tempo, agiam no sentido de possibilitar o aumento das condições de salubridade e reeducar a população - sobretudo a parcela mais pobre, visando a sua adaptação ao “novo” modelo de vida na cidade.

No começo do século XX, então, se percebe uma grande preocupação com o comportamento dos indivíduos que viviam em Fortaleza. Intensifica-se uma série de problematizações em torno da cidade e de seus habitantes. Palavras como higienizar, sanear, medicalizar e disciplinar são ressignificados na construção de uma cidade saudável e civilizada (PONTE, 2001).

Os periódicos do período tiveram um papel muito importante na disseminação destes discursos a respeito da higiene e da disciplina. Através de notícias, queixas, denúncias, etc., publicadas cotidianamente, tanto redatores como leitores de alguns jornais da cidade buscavam ajustar a conduta da população a uma moral civilizadora, criticando os comportamentos indesejáveis e ditando a maneira como se deveria agir no espaço urbano remodelado e aformoseado. As queixas nos jornais, então, demonstravam a preocupação que se tinha com alguns hábitos da população, que eram vistos como opostos à ordem e à moral.

O jornal “Gazeta de Notícias” de 19 de julho de 1927 publicou a seguinte queixa:

*Um dos hábitos mais afeiantes dos nossos usos domiciliares é, sem duvida, o costume que se observa communmente em Fortaleza de ser despejado á rua o produto dos varrimentos feitos no interior das casas, maximé das salas de visitas. Isto se nota com uma frequência de causar pasmo em qualquer trecho de Fortaleza, em casa cujos proprietários são, muitas vezes, pessoas de maior destaque em nossas rodas sociaes. Não há nada que justifique semelhante pratica, integralmente offarcadora de nossos foros de povo civilizado. [...] No nosso posto cuja missão é justamente corrigir os abusos, não tememos contemporizações: fatos dessa natureza receberão sempre a nossa formal condenação!*³

De acordo com o próprio jornal, jogar o lixo nas ruas era uma prática muito frequente na cidade, mesmo assim é vista como uma atitude feia e não civilizada, que deveria ser evitada. Era um costume, que deveria ser corrigido, e o próprio jornal dizia que sua missão era corrigir tais condutas, que sempre receberiam sua condenação, visto que consideravam que sua missão era “corrigir os abusos”. Como percebemos o periódico ainda considera um fator agravante em alguns caos, que é o de ser um hábito realizado até nas casas de “pessoas de maior destaque em nossas rodas sociais”.

Porém a noção de higiene no período era mais ampla que a atual. Higienização

³ Gazeta de Notícias, ANO I - nº 8 – Fortaleza – CE. 19 de julho de 1927.

significava também higienização comportamental. No periódico “A jandaia”, foi publicado um texto com o seguinte título: “Os Dez Mandamentos de Higiene”, este traz considerações sobre os comportamentos que deveriam ser higienizados:

1. *Amarás a luz sobre todas as cousas. A luz do sol é o symbolo de Deus. Todos os bons procedem dela.*
2. *Jurarás não provar bebidas alcoolicas nem assistir espectaculos em salas fechadas.*
3. *Higienizarás as festas. As praticas hygienicas são o melhor meio de aproveitar o tempo, quando não se trabalha.*
4. *Honrarás o ar e a água corrente. São o pai e a mãe de nossa saúde, que necessita para se engendrar e sustentar da ventilação e da limpeza.*
5. *Não beberás; quem bebe mata a si mesmo e pode matar o próximo.*
6. *Não fumarás; quem fuma respira fumaça ao envez de ar e transtorna a respiração dos próximos.*
7. *Não cuspirás; quem cospe rouba a saúde a seus semelhantes.*
8. *Não levantarás pó sob qualquer pretexto, nem dormirás tarde; quem pratica o primeiro semeia a dor; quem faz o segundo não ama a luz do sol, que é symbolo da vida e da verdade.*
9. *Não desejarás nada que venha do acaso ou pelo jogo; quem joga não trabalha; engana ou é enganado; se chega a ganhar dinheiro, perde a tranquilidade, que é a saúde da alma; e a saúde, que é a paz do corpo.*
10. *Não gastaras dinheiro senão em alimentos sãos, roupa limpa e cama dura, o que para o conseguir, não se necessita cubiçar bens alheios⁴.*

A noção de higienização na época se refere, então, ao indivíduo como um todo, aos seus hábitos e suas condutas. Por isso é listada aqui uma série de comportamentos a serem evitados, como ingerir bebidas alcoólicas, fumar, jogar e gastar dinheiro. Os fortalezenses deviam, portanto, agir de acordo com os valores do modelo burguês defendidos pelas elites locais, que eram a higiene, a saúde e a produtividade para o trabalho.

De acordo com Marta Emísia Barbosa (1996, p. 9), nesse período “parecia haver certa euforia em torno dos acontecimentos banais, em Fortaleza; muito embora fossem tratados com um tom alarmante e incisivo. O que parecia ser tolice para o fluxo diário dos indivíduos na cidade, tornava-se objeto de preocupação: o comportamento dos homens”.

Segundo a autora, ainda no final do século XIX, pode-se perceber o interesse em se localizar os indivíduos, os locais onde residiam, procurando-se, assim, conhecer os seus comportamentos. Queria-se saber que tipo de desordem era praticada e por quem era praticada. Nas primeiras décadas do século XX, a polícia estava presente nos locais por ela mapeados, normatizando esses indivíduos e buscando ordená-los. A identificação e a localização dos indivíduos foram estratégias utilizadas na tentativa de manter a ordem na cidade, uma forma de organizar a população e seus hábitos. Para esse propósito, a polícia

⁴ Os Dez Mandamentos de Higiene. **A Jandaia**, Fortaleza, jan. 1927.

tinha um papel importante, pois ela era o órgão público que deveria manter a ordem, mapeando, assim, os indivíduos e os locais onde aconteciam as transgressões, além de delimitar os espaços e os horários e ditar regras para a realização das práticas cotidianas na cidade (Ibidem, p. 133 – 134).

Para a historiadora, a desordem, o crime e a delinquência passaram a ser discutidos com frequência na cidade. Porém todos apareciam como itens de um tema maior, que era a moral (Ibidem, p. 11). Partindo desse discurso listava-se uma série de comportamentos que não deveriam ser praticados, pois representavam atentados contra a moral e a civilidade, tais como a vadiagem, incluindo aí a prostituição e vícios como a embriaguez. Comportamentos que, segundo a autora, representavam a desordem “invadindo” a cidade.

O seguinte trecho do jornal “Gazeta de Notícias” de 13 de julho de 1927 nos dá um exemplo de desordem ocorrida na cidade:

*[...] Ouvimos assobios e gritos. Vimos então uma pobre velha, que insultada por meninos vadios e mal educados, proferia as palavras mais immorales que imaginar se possa.
Notamos também o desandar da scena em um meio tão habitado por familias de distinção que continuaram a supportar tamanha falta de moralidade, em suas proprias calçadas.
A velha offensora da moralidade publica é uma de nome ‘Siri’, muito conhecida pela obscenidade de suas palavras.
No agrupamento havia desde o estudante ao operário, mas não vimos um só mantedor da ordem⁵.*

Notamos neste pequeno trecho do periódico a presença de palavras como “imorais”, “ordem” e “moralidade”, esta última aparece duas vezes. Percebemos então o uso de um discurso que utilizava as palavras ordem e moralidade, tentando passar a ideia de que tal atitude seria uma desordem e uma imoralidade, devendo ser evitada. Por traz dos comentários sobre a população estava escondida a intenção de modificar os seus hábitos. Podemos perceber ainda que quem provocava a desordem era uma “pobre velha” e “meninos vadios e mal educados”. Ou seja, os comportamentos que incomodavam eram realizados por indivíduos pobres. O incômodo, como podemos observar, era causado porque essas pessoas estavam em “um meio tão habitado por famílias de distinção”. Portanto o comportamento das camadas populares incomodavam por serem realizados nos espaços frequentados pelas camadas abastadas da sociedade naquele período, que desejavam uma cidade ordenada.

⁵VELHA INCORRIGIVEL. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, p. 8, 13 Jul. 1927.

No seguinte trecho, publicado no dia 27 de outubro de 1922, percebemos o incômodo que os vadios representavam para população fortalezense, principalmente para as camadas abastadas:

Chamamos a atenção da policia para certas cessões que se realiza a muito tempo, todas as noites, no Trilho de Ferro, entre as travessas S. Bernardo e D. Pedro. Pelas calçadas reúnem-se magotes de repazolas desocupados que levam ate tarde em terrível algazarra, perturbando o socego das famílias. Muitas das vezes nessas sessões explodem em gargalhadas acapadoçadas que nos dão idéa perfeita de tratar-se de um coito de vagabundos.

É justo que a policia lance as suas vistas moralizadoras para esta zona outr'ora tão socegada⁶.

O jornal chama a atenção da polícia para rapazes desocupados que faziam algazarras “perturbando o socego das famílias”, o que dava a ideia de “tratar-se de um coito de vagabundos”. A polícia então deveria exercer o papel de moralizar esses vadios. Pelo simples fato de serem vagabundos, essas pessoas poderiam ser presas. Como foi o caso das pessoas as quais os nomes estão presentes na seguinte notícia:

Em execução ao edital ultimamente publicado, a policia fez recolher á Cadeia Pública desta capital, de onde serão removidas para o interior do Estado pelo primeiro trem, a fim de se dedicarem ao cultivo do campo, as seguintes pessoas desocupadas, vagabundos e bêbados, encontrados nas ruas desta cidade:

José Gonzaga, Virgílio Ferreira, João Pedro de Carvalho, Mario Gonçalves de Castro, José Alves, Antonio Luiz de Paula, Francisco Saraiva, Luis José Baptista, Hermelito Barbosa, Raymundo Pereira da Silva, Ovidio Pereira, Casimiro dos Santos, Raymundo Paula da Silva, Raymundo Franklin de Sousa, Santiago Pereira da Silva, Antonio Gondim, Manoel de Araujo, João Antonio da Silva, Severino Ribeiro da Silva, Maria de tal, Francisca Ricarda, Anna Pereira de Souza, Maria do Carmo e Anna Quiteria⁷.

As vinte e quatro pessoas citadas acima foram todas presas e seriam mandadas para o interior para o trabalho no campo por terem sido encontradas nas ruas de Fortaleza. Aqui podemos perceber duas estratégias de “limpeza” da cidade. A primeira é a de tirar essas pessoas da “aformoseada” cidade mandando-as para o interior. A segunda é a de encaminhá-las para o trabalho, reforçando a ideia de que o trabalho seria a maneira de “regenerá-las”.

A vadiagem, por fazer parte da vida improdutiva, era retratada, nos periódicos pesquisados, como um grande mal para a sociedade, visto que demonstrava o desamor ao trabalho e representava o desvirtuamento dos trabalhadores. Era tida como “a mãe de todos os vícios”, e a “escola” para o crime, principalmente quando relacionada a “menores vagabundos”.

⁶ Ajuntamentos desagradáveis. **O Nordeste**, Fortaleza, p. 2, 27 out. 1922.

⁷ Desocupados e ebrioshabituaes. **O Nordeste**, Fortaleza, p. 2, 15 set. 1922.

Além da mendicância, dos menores vadios e da “vagabundagem”, outros problemas ligados à vadiagem, que incomodavam principalmente as elites, eram alvos de críticas constantes nas folhas dos periódicos. Um deles era a prática dos jogos de azar.

Considerada, tanto pelas elites como para os poderes públicos, como conduta transgressora, jogar era uma prática bastante difundida na cidade, ia de encontro com seus ideais de civilização e de progresso e se apresentava como um problema social e um atentado aos “bons costumes”. Este, como atividade realizada no momento de ócio, era uma prática que deveria ser evitada, pois o vício era tido como hábito degradante para o homem. O homem trabalhador deveria ser voltado para as atividades relacionadas ao trabalho e à família. Na lógica capitalista, em que tempo é dinheiro, não se deveria perder o tempo em que se deveria estar produzindo com atividades improdutivas. Sendo uma atividade improdutiva, o jogo demonstrava uma fuga do trabalho, visto que era realizado nos momentos de ócio e de lazer. Além disso, era visto como figura do gasto e não da aquisição, pois as probabilidades de perda eram bem maiores que as de ganho, e mesmo que se tivesse aquisição, esta não vinha do trabalho. Então não deveria ser uma prática valorizada, visto que é “o trabalho que dignifica o homem”. Nesse momento em que tanto as elites como os poderes públicos procuravam ordenar a cidade, disciplinar seus habitantes e torná-los produtivos para o trabalho, o jogo passou ser visto como uma prática a ser combatida (GOMES, 2012).

O “Correio do Ceará”, em uma coluna intitulada “Chronica da cidade” conta o caso de homens que jogavam à noite, por traz da estação de bondes da Light, e que foram pegos em flagrante pela polícia:

Jogavam a dinheiro, com baralho e dados. Era um grupo de rapazes: José da Silva, João Pereira, Antonio Barroso, Chico Porango, Alfredo Alves e parece que o Manuel Moreira Gonçalves, o dono da casa.

Apanhados pela “caravana” foram conduzidos para a delegacia central de policia, onde ás 24 h. e 23 m. deram entrada solemne e até com as continências de sentinella, pois ia-nos seguindo o capitão Espinheiro, que levava o baralho e os dados.

É verdade. Já nos íamos esquecendo. Sobre a roda onde a “tropa” jogava, havia uma garrafa de cachaça e um copo, que foram igualmente apreendidos⁸.

Aqui, procura-se deixar claro que os jogadores também ingeriam álcool, o que também era considerado pelas elites uma conduta a ser evitada na época. A insubmissão realizada com a prática do jogo seria então agravada quando acompanhada da ingestão de

⁸Á SOMBRA DO CAJUEIRINHO CARREGADINHO DE FLOR. ÁS 24 HORAS DE SABBADO, POR TRAZ DA ESTAÇÃO DE BONDE, O CAPITÃO ESPINHEIRO, ENCONTROU FORMIDAVEL JOGATINA *Correio do Ceará*, Fortaleza, p. 7, 05 out.1927.

bebidas alcoólicas. De acordo com os padrões burgueses, caberia ao homem ser o provedor da família, devendo assim evitar gastos e poupar o salário que deveria ser destinado ao sustento da família (Ibidem, p. 60). Assim como o jogo, o álcool representava o gasto e também o ócio, o que ia à contramão dos valores pregados na época, que giravam em torno das ideias de disciplina e de produtividade para o trabalho. Se a prática de um ou de outro deveria ser reprimida, as duas juntas, então, tinham de ser evitadas ainda mais.

Encontramos nos periódicos com bastante frequência esse tipo de relação que se fazia do jogo com outras insubmissões à moral estabelecida: “Naquelle foco de vicio, até miseras prostitutas se reúnem, á noite, aumentando, destarte, as offensas á moralidade”⁹. Aqui é feita a relação do jogo com a prostituição, que apesar de não ser caracterizada como um crime pelo Código Penal Brasileiro, era vista como sinal de doenças e de perigos tanto para o indivíduo, como para as famílias e para a sociedade como um todo (FONTENELES NETO, op. cit., p. 73). Acreditamos que a prostituição tinha um diferencial em relação aos outros tipos de insubmissões. Apesar de ser também uma forma de vadiagem, ela era praticada por mulheres, o que naquele período poderia ser visto como um agravante, visto que:

Desde o fim do século XIX e início do XX, postulava-se um padrão comportamental para as mulheres, que deviam ser prendadas, submissas, laboriosas, a fim de que, desde a mais tenra idade, fossem instruídas a cumprir deveres para com o marido, filhos, lar e, por conseguinte, com a sociedade. Suas atividades deviam ser unicamente domésticas, fugir desse modelo era um passo para cair nas malhas do preconceito vigente (NETO, op. cit., p. 72).

Além disso, com a busca pela higienização das cidades, se fez forte a presença de um discurso médico que buscava combatê-la, visto que o espaço urbano deveria ser organizado e higienizado. Ela passou a ser vista assim como uma doença social (ENGEL, 1988).

A polícia, como zeladora da moralidade pública, tinha o dever de localizar as zonas de meretrício na cidade e afasta-las o máximo possível do centro da cidade, buscando localizá-las em locais específicos e limitando o horário em que podiam circular nas ruas. Porém, mesmo com toda essa tentativa de controle, a polícia não conseguia conter o avanço da prostituição na cidade (Idem, p.75).

⁹ – O JOGO DE AZAR POMPEIA – E AS MERETRIZES POLLUAM, A DOIS PASSOS DA POLICIA, AFFRONTANDO AS FAMILIAS. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 15 mar. 1928.

No dia 26 de agosto de 1922, é feita uma denúncia no jornal “O Nordeste” a respeito da prostituição e se exige que a polícia tome providências:

O <City Club>, o <Internacional>, o <Cearense> e outros antros miserandos de perdição social, continuam abertos, apesar dos protestos constantes e veementes das famílias pela voz da imprensa.

Apellar-se para que a polícia, lembrada dos seus deveres de moralização dos costumes, mande trancar essas casas infamantes, é perfeitamente inútil.

Os brados tem sido reiteradamente erguidos.

Mas a policia quando não de sentisse com a força moral para tanto, ao menos devia providenciar porque em taes centros de imoralidade se respeitasse o decoro publico da cidade.

Pois nem disso é capaz?

Ainda ontem, por exemplo, o <City Club> fez-se o posto de escândalo publico, ofendendo as claras o decoro das famílias.

Frequentadores desavergonhados, com mulheres de vida airada, ostentavam, cedo ainda da noite, scenas indecentes nas janelas do Club situado na Praça do Ferreira!

As famílias passam corando de vergonha e indignadas da andancia dos taes e da [ilegível] inqualificável da policia.

E é para esta que apellamos fazendo-nos eco duma ira fortíssima¹⁰.

O jornal denuncia três casas de “perdição perdição social” que funcionavam naquela data. Reclama da inutilidade dos constantes protestos das famílias por meio da imprensa contra essas casas. Os apelos à polícia para que fechasse estes locais não estavam sendo atendidos, mesmo que fosse o dever dela a “moralização dos costumes”. Percebendo a ineficiência da policia no combate aos bordeis, é feito o pedido que ela pelo menos providencie para que a “moralidade publica” seja respeitada, porém afirma-se que nem disso ela seria capaz. Acreditamos que, neste caso, respeitar moralidade pública seria não deixar que as famílias vissem a prostituição acontecendo. Ou seja, as meretrizes deveriam atuar, se não longe dessas famílias, pelo menos longe da visão delas, às escondidas. A reclamação em relação ao “City Club” é feita porque este fez “escândalo público, ofendendo às claras o decoro das famílias”, deixando estas envergonhadas ao verem cenas “indecentes” pela janela do clube cedo da noite.

Pelo que podemos perceber, mesmo com a tentativa de remodelação da cidade e todos os discursos a respeito da higiene, da ordem, da disciplina, do trabalho, do progresso, da civilização, etc., persistiam, porém, hábitos considerados não civilizados, não higiênicos e imorais, como jogar lixo nas ruas, falar palavrões, ingerir bebidas alcoólicas, jogar jogos de azar, prostituir-se, entre outros. A presença destas condutas transgressoras seria, na visão de Francisco Carlos Jacinto Barbosa (Op. cit.), a força do hábito, já arraigado na população, que

¹⁰Escandalosno “City Club” – A Policia não vê isso? **O Nordeste**, Fortaleza, p. 1, 26ago. 1922.

insistia em praticá-lo, visto que as reformas e o ordenamento eram imposições. Concordando com essa visão, Marta Emília Barbosa (Op. cit., p. 179), aponta para a existência do binômio ordem – moral em Fortaleza, fazendo aparecer, assim, outro: desordem – imoral.

Ambos os autores compartilham a ideia de que as regras impostas aos indivíduos que compunham a cidade demonstravam que, na realidade o que acontecia, na maioria das vezes, era o oposto do que se idealizava. Isso porque mesmo com todos os aparatos de disciplinarização, a população, principalmente os mais pobres, encontrava, de forma astuciosa, maneiras de fugir dela e continuar vivendo seu cotidiano como o de costume, de modo contrário do que pretendiam as elites, ficando muitas vezes indiferentes às normas tidas como civilizadas por estas. (BARBOSA, F., 1997, p. 56; BARBOSA, M., 1996, p. 64).

Sendo assim, se havia essa necessidade de civilizar, ordenar, controlar, disciplinar, a população estava evidente que existiam, na cidade, sujeitos a serem civilizados, ordenados, controlados, e disciplinados. Ao mesmo tempo em que existia um desejo pelo progresso, existia também sua negação, de diversas maneiras, praticada pela população que, com suas astúcias, encontrava maneiras de continuar exercendo seus hábitos tidos como não civilizados. Do mesmo modo que existiam as normas de conduta, existiam também os insubmissos.

Acreditamos que, mesmo com esta tentativa de controle dos hábitos, havia a resistência por parte da população, que procuravam maneiras de continuar vivendo como o de costume. Percebemos que a “proibição” das práticas citadas era uma imposição por parte dos setores dominantes da sociedade da época. Sendo assim, as ideias de civilização, de higiene e de disciplina não haviam sido incorporadas pela maioria da população, então ela preferia continuar com seus hábitos e suas insubmissões.

Percebemos que o período aqui tratado não foi vivenciado por toda a população fortalezense de maneira igual. Pelo contrário, percebemos que para as elites o momento vivenciado era de mudanças que levariam a cidade ao progresso, onde se deveria buscar ao máximo práticas higiênicas e civilizadas. Já para os populares, o momento vivenciado era o da presença de discursos disciplinadores, que procuravam corrigir suas condutas, mas que, na maioria das vezes, eram apenas discursos, pois nos parece que na prática o que acontecia era o habitual, ou seja, os populares procuravam continuar vivendo o seu cotidiano, com seus hábitos e costumes, sem se preocupar tanto com o progresso e com a civilização.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Fco. Carlos J. **A força do hábito: Conduitas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.

BARBOSA, Marta Emisia J. **Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, 1996.

BRESCIANI, Maria Stela. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, (1840-1890)**. São Paulo: Editora brasiliense. 1988.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. Salvador: EDUFBA, 1996.

FONTENELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

GOMES, Maria Adaiza Lima. **“PAIXÃO ARRAIGADA NO SEIO DA POPULAÇÃO”**: Os jogos de azar no cotidiano fortalezense (1922-1930). Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de História, Fortaleza, 2012.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História**: Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: RelumeDumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, José de Arimatea Vitoriano de. **Tempo moderno conforme a narrativa ou a memória, a crônica, a narrativa, o cotidiano: Fortaleza nas décadas iniciais do século XX.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). UECE. Fortaleza, 2010.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Èpoque – reformas urbanas e controle social (1860-1930).** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. **Tríade do Mal:** civilização dos fracos no mundo do trabalho. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 179-208, jul/dez. 2009.